



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DO CHERINGOMA PROVÍNCIA DE SOFALA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima e Hidrografia	2
1.3 Relevo e Solos	3
1.4 Infra-estruturas	4
1.5 Economia e Serviços	5
2 História, Política e Sociedade Civil	8
2.1 História e cultura	8
2.2 A família	8
2.3 Religião e cultos	9
2.4 Cenário político actual e sociedade civil	9
3 Demografia	11
3.1 Estrutura etária e por sexo	11
3.2 Traço sociológico	11
3.3 Línguas faladas	12
3.4 Analfabetismo e Escolarização	13
4 Habitação e Condições de Vida	14
5 Organização Administrativa e Governação	16
5.1 Governação Distrital	16
5.2 Reforma do sector público	18
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	19
5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	19
5.3.2 Obras Públicas e Habitação	21
5.3.3 Educação e Saúde	22
5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social	23
5.3.5 Cultura, Juventude e Desporto	24
5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública	24
5.4 Finanças Públicas	25
5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	26
5.6 Participação comunitária	26
5.7 Apoio externo	27
6 Posse e Uso da Terra	28
6.1 Posse da terra	28

6.2	Trabalho agrícola	29
6.3	Utilização económica do solo	30
6.3.1	Agricultura	30
6.3.2	Pecuária e Avicultura	30
6.3.3	Produção não agrícola	30
7	Educação	31
8	Saúde e Acção Social	34
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	34
8.2	Acção Social	35
9	Género	37
9.1	Educação	37
9.2	Actividade económica e exploração da terra	38
9.3	Governança	39
10	Actividade Económica	40
10.1	População economicamente activa	40
10.2	Orçamento familiar	41
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	42
10.4	Infra-estruturas de base	43
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	45
10.5.1	Zonas agro-ecológicas	45
10.5.2	Infra-estruturas e equipamento	45
10.5.3	Produção agrícola e sistemas de cultivo	46
10.5.4	Pecuária	47
10.5.5	Pescas, Florestas e Fauna bravia	47
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	48
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Cheringoma	50
	Documentação consultada	52

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	11
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	12
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	12
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	12
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	13
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	14
TABELA 7:	Bens Móveis e Imóveis da Administração	17
TABELA 8:	Programas de acção social, 2000-2003	23
TABELA 9:	População, por condição de frequência escolar	31

TABELA 10:	População, por nível de ensino que frequenta	32
TABELA 11:	População, por nível de ensino concluído	32
TABELA 12:	Escolas, alunos e professores, 2003	33
TABELA 13:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	34
TABELA 14:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	34
TABELA 15:	População, por condição de orfandade, 1997	35
TABELA 16:	População deficiente, por idade e residência, 1997	35
TABELA 17:	Programas de acção social, 2000-2003	36
TABELA 18:	População activa, por ramo de actividade, 2005	41
TABELA 19:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	47

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	14
FIGURA 2:	Habitacões, por tipo de materiais usados	15
FIGURA 3:	Habitacões, por tipo de acesso a água.....	15
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	25
FIGURA 5:	Estrutura de base da exploração agrária da terra	29
FIGURA 6:	N.º de explorações e área, por culturas principais.....	30
FIGURA 7:	População, por nível de ensino que frequenta.....	31
FIGURA 8:	Quadro epidémico, 2003.....	35
FIGURA 9:	Indicadores de escolaridade, por sexos.....	37
FIGURA 10:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	38
FIGURA 11:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	40
FIGURA 12:	Consumo das famílias, por grupo de produtos e serviços	41
FIGURA 13:	Famílias, por intervalos de rendimento mensal	42



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

Lucas Chomera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Cheringoma está situado a Nordeste da Província de Sofala, sendo limitado a Norte pelos Distritos de Marromeu e Caia, a Sul pelo Distrito de Muanza, a Oeste pelos Distritos de Gorongosa e Maringué e a Este pelo Oceano Índico.

Com uma superfície¹ de 6.954 km² e uma população recenseada em 1997 de 20.795 habitantes e estimada à data de 1/1/2005 em cerca de 26.021 habitantes, o distrito de Cheringoma tem uma densidade populacional de 3,7 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa.

A população é jovem (43%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 49%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 8%).

1.2 Clima e Hidrografia

O clima do distrito de Cheringoma, segundo a classificação climática de Köppen (Ferro e Bouman, 1987), é do tipo tropical chuvoso de savana (Aw). A região central de Inhaminga, cobrindo toda a faixa ocidental ao longo do vale do “Rift”, regista valores médios anuais na ordem dos 1000 e 1100 mm de chuva, e na região a norte de Inhamitanga e de transição para o vale do Zambeze, a média anual varia entre os 1100 a 1200 mm.

Em geral, a distribuição das chuvas é desigual ao longo do ano, cerca de 57 a 73% da precipitação anual ocorre no período de Dezembro de um ano a Março do ano seguinte.

A temperatura média anual do ar é de 24,2 °C, com uma amplitude média anual de 6,8 °C, com excepção da zona norte, na transição para o vale do Zambeze, onde a temperatura média anual é de 26°C.

A média anual dos valores máximos para a estação de referência é de 30,7 °C, com os valores extremos de 34,1 °C (Novembro) e 26,5 °C (Julho). A média anual dos valores



¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

mínimos é de 17,7 °C, com os valores mensais extremos de 20,5 °C (Fevereiro) no Verão e 13,8 °C (Julho) no Inverno.

A humidade relativa média anual do ar é de 66% na vila de Inhaminga, com os valores mensais mais elevados nos meses de Fevereiro a Março que se aproximam a 71 e 72% e, valores mais baixos (62%) no período de Agosto a Outubro.

A região de Cheringoma é servida por duas principais bacias hidrográficas representadas pela bacia do Púngò a Sul e, a bacia do rio Zambeze a Norte, subdivididas em duas bacias secundárias, a do rio Zuni e do rio Chiniziua. Contudo, a encosta E-W do planalto drena as suas águas para a bacia do Púngò através do rio Mucua, e a norte, no Zambeze, através do rio Zangué.

1.3 Relevo e Solos

O distrito de Cheringoma é caracterizado pela ocorrência de duas principais estruturas geológicas que se desenvolvem na região, às quais aparecem associadas as seguintes unidades paisagísticas:

- o “Graben” do Urema – vale do “Rift”, com uma ligeira inclinação no sentido NE-SW a Oeste do Planalto de Cheringoma/Inhaminga;
- os depósitos sedimentares do Cretácico marinho e continental das Formações de Mazamba, Cheringoma, Grudja e Sena;
- os eluviões arenosos e argilo-arenosos a Este do planalto;
- a vasta planície Deltáica do Quaternário; e
- os antigos cordões litorais e de dunas, mais ou menos consolidadas que se orientam em geral, paralelos à costa.

Os solos de Cheringoma, mostram uma estreita relação com a geologia e o clima da região e são localmente modificados pela topografia e o regime hídrico.

Em geral, são agrupados em cinco unidades principais nomeadamente: associação de solos quartzíticos; associação de solos arenosos; associação de solos calcários; associação de solos coluvionares; associação de solos arenosos e argilo-arenosos; associação de solos aluvionares; e associação de solos aluvionares da planície deltáica.

1.4 Infra-estruturas

O distrito de Cheringoma é atravessado pela linha de *caminho-de-ferro* entre Beira e Caia (inoperacional) e pela *Estrada Nacional* que liga Beira a Caia, cuja reabilitação foi concluída em 2003.

A EN 219, que liga Inhamitanga e Marromeu, bem como a EN 213, que liga Inhaminga à Beira, encontram-se num estado de transitabilidade razoável.

A maioria das estradas terciárias do distrito que ligam a Vila às Localidades beneficiaram de obras de limpeza e manutenção através de programas de “comida pelo trabalho” financiados pelo PMA. Porém, essas actividades não são duradoiras e com o passar dos anos voltam à mesma situação. Suspeita-se existirem ainda estradas minadas no distrito.

Os *transportes* neste distrito funcionam com grandes dificuldades. O principal meio de transporte de/e para o distrito de Cheringoma eram os comboios que possibilitavam o intercâmbio económico e sócio-cultural entre o distrito e os outros pontos da Província.

A empresa *Telecomunicações* de Moçambique (TDM) montou um sistema telefónico via rádio no distrito, que no entanto não satisfaz as necessidades dos utentes.

A distribuição de *fontes de água* pelas várias localidades do distrito não é equilibrada e de uma forma geral o seu acesso é ainda baixo para a maioria da população. O nível de cobertura do abastecimento de água potável para 2004 está estimado em 53%.

De acordo com os dados do Censo de 1997, à excepção da Vila de Inhaminga, a cobertura de energia eléctrica deste distrito é praticamente nula.

O distrito de Cheringoma possui 27 escolas (das quais, 26 do ensino primário nível 1), e está servido por 7 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 3.700 pessoas;
- Uma cama por 380 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 840 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água

a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.5 Economia e Serviços

O distrito é propenso a calamidades naturais (seca e cheias) tendo-se registado cheias na campanha agrícola 2001/2002 que afectaram mais de 5.000 pessoas com machambas ao longo das margens do Rio Zângua e afluentes.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis² - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, consequentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

Este distrito possui algumas potencialidades agrícolas, pecuárias e de florestas, sendo a agricultura e pecuária as principais actividades económicas das famílias.

Dos 710 mil hectares da superfície do distrito, estima-se ³ em 350 mil hectares o potencial de terra arável apta para a agricultura do distrito de Cheringoma, dos quais só 8 mil são explorados pelo sector familiar (1% do distrito).

Comparativamente aos outras regiões, este distrito possui uma densidade populacional baixa, o que atenua a pressão sobre os recursos disponíveis.

Este distrito é pouco apto para a prática de culturas de regadio, existindo apenas pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação por gravidade de superfície a cerca de 2.5 ha operacionais, pertença de três agricultores privados.

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

² Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

³ Conforme JVA Cenacarta-IGN France International, Estatísticas de Uso e Cobertura da Terra, Nov. 1999 (escala 1:250,000)

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de arroz pluvial (na época chuvosa) seguida por batata doce em regime de camalhões ou matutos (época fresca). Nos solos moderadamente bem drenados predominam as consociações de milho, mapira, mexoeira, mandica e feijões nhemba e boere. Este sistema de produção é ainda complementado por criações de espécies como gado bovino, caprino, e aves.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Em resumo, a irregularidade da precipitação e a vulnerabilidade às calamidades naturais condiciona o potencial de produção agrícola às poucas áreas irrigadas existentes, sendo a região considerada marginalmente apta para o desenvolvimento de agricultura irrigada.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum um crescimento do efectivo pecuário.

As doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento. Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

O distrito de Cheringoma debate-se já com alguns problemas de desflorestamento e de erosão. Em certas localidades, nomeadamente a aldeia de Bonga e a vila de Inhaminga, têm a fonte de lenha mais próxima a cerca de 8 quilómetros.

A fauna bravia do distrito é importante na alimentação das famílias e tem, também, potencial turístico. A caça com fins alimentares incide principalmente sobre os cabritos-do-mato, porcos-do-mato e galinhas-do-mato. As espécies de fauna bravia existentes no distrito são os elefantes, leões, leopardos, cudos, e outros antílopes.

Além do produto da caça, também o pescado é regularmente incluído na dieta familiar. O peixe é oriundo do mar e rios da região, sendo normalmente consumido seco.

O sector industrial do distrito continua a enfrentar dificuldades de todo o tipo desde a falta de infra-estruturas, fundos para pequenos investimentos, entre outros. A actividade

industrial no distrito é apenas representada por alguns madeireiros que possuem serrações de transformação de madeira.

Uma das dificuldades do sector é a insuficiência de moageiras em quase todo o distrito, existindo apenas 9 unidades em funcionamento, contra as 60 que são necessárias, de acordo com os levantamentos efectuados.

A actividade comercial no distrito de Cheringoma é bastante reduzida, sendo que a maior parte das trocas comerciais tem lugar nos mercados da sede, Inhaminga, ou das aldeias. A maior parte da actividade comercial é praticada informalmente, não havendo ligações importantes com outros mercados.

As actividades formais de comércio funcionam deficientemente devido à falta de distribuidores e armazenistas no distrito. A maioria dos beneficiários do F.A.R.E. não investiram no distrito depois de receberem os seus financiamentos.

Devido às más condições das rodovias, os camponeses enfrentam sérias dificuldades para vender os seus excedentes agrícolas.

Este distrito não tem infra-estruturas adequadas ao desenvolvimento do turismo, podendo porém vir a beneficiar da sua excelente localização na ***Área de Gestão dos Recursos Naturais da Gorongosa a Marromeu.***

Não existe nenhuma instituição bancária a operar no distrito, nem nenhum sistema formal de crédito em condições acessíveis aos operadores locais. As possibilidades de acesso ao crédito derivam de prática no sector informal, nomeadamente dos comerciantes locais e dos familiares dos interessados.

2 História, Política e Sociedade Civil

2.1 História e cultura

O nome de Cheringoma provém, segundo reza a tradição, de um animal chamado “Ngoma”. Os habitantes desta região costumavam, nas danças praticadas durante as festividades e cultos, empunhar a cauda do “ngoma”.



Aquando da penetração colonial, os portugueses que assistiam a estas actividades culturais perguntaram, a dada altura, o que era aquilo que os dançarinos empunhavam, referindo-se à cauda do “ngoma”, ao que os chefes tradicionais terão respondido tratar-se de “N’chira wa Ngoma”, ou seja, a cauda do n’goma. A dificuldade de pronúncia e de sotaque dos portugueses levou a que “Nchira wa Ngoma” tivesse chegado a Cheringoma.

Em tempos remotos, a população de Cheringoma vivia essencialmente de mapira e mexoeira. Com o andar dos tempos apareceu de Quelimane o arroz e a mandioca, tendo mais tarde sido introduzido o milho trazido pelos Angonis do Malawi.

Os Angonis e Maklimanes foram trazidos pelos portugueses como mão-de-obra barata para a Companhia TZR, sendo aproveitados para os trabalhos das oficinas de locomotivas. Os Angonis traziam esta experiência das oficinas de Blantyre.

Os Maklimanes (provenientes da Zambézia) fixaram-se na zona de Chide e milha 90, actualmente conhecida como Santa-Fé, a partir de onde se alastraram para a localidade de Maciamboza, área fértil para a cultura de arroz, mandioca e coco.

Os Angonis e Nyanjas fixaram-se em Chissadze junto às locomotivas. Naquela zona os nyanjas construíram uma mesquita em que todos os indianos professavam os seus cultos. A zona é até hoje denominada N’sikiti de Khenessy.

2.2 A família

As relações de consaguinidade são definidas pela linha patrilinial. A sucessão do poder e a transmissão de herança é realizada do irmão mais velho para o irmão mais novo ou vice-versa e de pai para filhos.

A divisão social do trabalho é feita com base na idade e sexo. As mulheres ocupam-se normalmente dos trabalhos agrícolas, caseiros e na fabricação de utensílios de barro (olaria). Os homens, além da sua participação na agricultura e, sobretudo no derrube de árvores e abertura de machambas, dedicam-se à construção, pesca, caça e outras actividades de rendimento familiar.

As raparigas ocupam-se das actividades caseiras, nomeadamente, confecção de alimentos, lavagem de roupa e produção de farinha. Os rapazes, por seu lado, participam na colecta de lenha e outras actividades no comércio informal.

2.3 Religião e cultos

Apesar de bastante diluídos devido à influência urbana, conservam-se até aos dias de hoje em alguns pontos do distrito os usos e costumes da população de Cheringoma, no que respeita a cultos ou rituais tradicionais, dos quais se destaca a cerimónia *bitakufa* relacionada com os rituais fúnebres praticados nas sociedades tradicionais do distrito.

As cerimónias de invocação dos espíritos dos ancestrais e de pedido de chuva e afastamento de calamidades são realizadas pelos régulos e sapandas.

Os costumes tradicionais embora na sua maior parte sejam comuns, variam de acordo com a tribo. Os rituais mais usuais entre as tribos do distrito são o *N'tsanganiko*, um ritual fúnebre, o *nfutete*, ritual para que a criança nasça sem defeitos e o *nzwade* para que a mulher tenha um parto normal.

A religião dominante é a católica, praticada pela maioria da população do distrito. Existem variadas outras crenças, entre protestantes, maziones, anglicanos e outros. O islamismo, embora com poucos seguidores, constitui a segunda religião do distrito. Existem no distrito 39 igrejas legalmente inscritas.

2.4 Cenário político actual e sociedade civil

A estrutura tradicional no distrito representa a autoridade ao nível de base. Esta estrutura é representada pelos régulos, sapandas e fumos. Desempenha um papel importante ao nível da aldeia e povoados, na gestão dos recursos naturais como a atribuição de terra para machambas ou habitação, aproveitamento de água, resolução de conflitos, etc.

Ao nível da hierarquia, existe uma estrutura vertical e de subordinação directa. Os cabos de terra subordinam-se aos fumos, estes aos sapandas e estes, por sua vez, aos régulos. As áreas de domínio dos régulos limitam-se a uma localidade ou a parte desta, dependendo da sua área de influência em relação aos limites administrativos. Os sapandas são chefes de grupos de povoados, os fumos têm autoridade num povoado, enquanto os cabos de terra têm influência numa zona ou parte do povoado.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

Em cumprimento do Decreto 15/2000 foi feito o registo Biográfico de toda a autoridade comunitária no distrito no ano de 2002, tendo-se seguido o processo de legitimação pelas comunidades locais e reconhecimento pelo governo de 9 Régulos, registo de 18 Chefes de Grupos de Povoação (Sapandas) e 60 Chefes de Povoação (Fumos). Até finais de 2004 foram legitimados 12 Secretários nos Bairros situados nos arredores da Vila de Inhaminga. No total já foram reconhecidos 43 Autoridades Comunitárias.

Os Líderes Comunitários constituem o elo de ligação entre as autoridades governamentais e a população, na transmissão e cumprimento de orientações, bem como no envolvimento e participação das mesmas nas reuniões periódicas e nas tarefas traçadas pelos órgãos administrativos do Estado aos diversos níveis, para além da cobrança de impostos e taxas diversas.

A participação das autoridades comunitárias tem contribuído positivamente na implementação de vários programas do Governo, através da resolução de conflitos de terra, combate à criminalidade, localização de terras para fins socio-económicos, fomento pecuário, abertura e limpeza de estradas terciárias, construção de escolas, prevenção e combate à cólera, malária e sarampo, lepra, tuberculose, DTS/HIV/SIDA, casamentos prematuros e sensibilização das populações para participarem nos programas alargados de vacinações, bem como nos dias mensais de saúde.

3 Demografia



A superfície do distrito é de 6.954 km² e a sua população está estimada em 26 mil habitantes à data de 1/1/2005. Com uma densidade populacional de 4 hab/km², prevê-se que o distrito em 2010 venha a atingir os 30 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (43%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 49% e uma taxa de urbanização de 8%, concentrada nas Vilas de Inhaminga e zonas periféricas de matriz semi-urbana.

A população é jovem (43%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 49%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 8%).

A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE CHERINGOMA	26,021	5,888	5,428	12,125	2,075	506
Homens	12,680	2,851	2,770	5,633	1,130	295
Mulheres	13,342	3,037	2,658	6,492	945	210
P.A. de INHAMINGA	21,061	4,759	4,437	9,845	1,644	375
Homens	10,268	2,315	2,242	4,597	905	209
Mulheres	10,793	2,444	2,195	5,248	740	166
P.A. de INHAMITANGA	4,960	1,129	991	2,280	430	130
Homens	2,411	536	528	1,036	225	86
Mulheres	2,549	593	463	1,244	205	44

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 5.200 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (44%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
18.6%	46.2%	35.2%	5.0	2.2	2.8
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
6.0%	0.9%	7.9%	44.0%	7.8%	33.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Evangélica.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
37.0%	63.0%	19.2%	39.9%	1.2%	2.7%
Com Crença Religiosa					
Total	Zione	Católica	Evangélica	Muçulmana	Outra
100,0%	19.8%	14.7%	30.7%	0.5%	34.9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Cindau*, 77% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não sabem português, sendo o seu conhecimento preferencial nos homens, dada a maior inserção na vida social e escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE CHERINGOMA	23.4%	18.4%	5.0%	76.6%	33.5%	43.0%
5 - 9 anos	1.0%	0.6%	0.4%	13.2%	6.7%	6.5%
10 - 14 anos	3.2%	2.1%	1.1%	9.6%	4.4%	5.2%
15 - 19 anos	4.2%	3.2%	1.0%	10.8%	5.0%	5.8%
20 - 44 anos	12.7%	10.3%	2.4%	32.6%	12.7%	19.8%
45 anos e mais	2.4%	2.3%	0.1%	10.4%	4.8%	5.6%
P.A. de INHAMINGA	23.8%	18.6%	5.3%	76.2%	30.2%	45.9%
P.A. de INHAMITANGA	21.7%	17.9%	3.7%	78.3%	31.0%	47.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 81% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 26% dos habitantes⁴ já frequentaram ou frequentam a escola primária.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE CHERINGOMA	81.1%	68.1%	93.5%
5 - 9	97.1%	96.1%	98.0%
10 - 14	79.9%	72.9%	87.2%
15 - 44	76.1%	56.8%	92.7%
45 e mais	88.4%	79.5%	99.3%
P.A. de INHAMINGA	80.5%	67.5%	92.9%
P.A. de INHAMITANGA	83.7%	70.6%	96.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

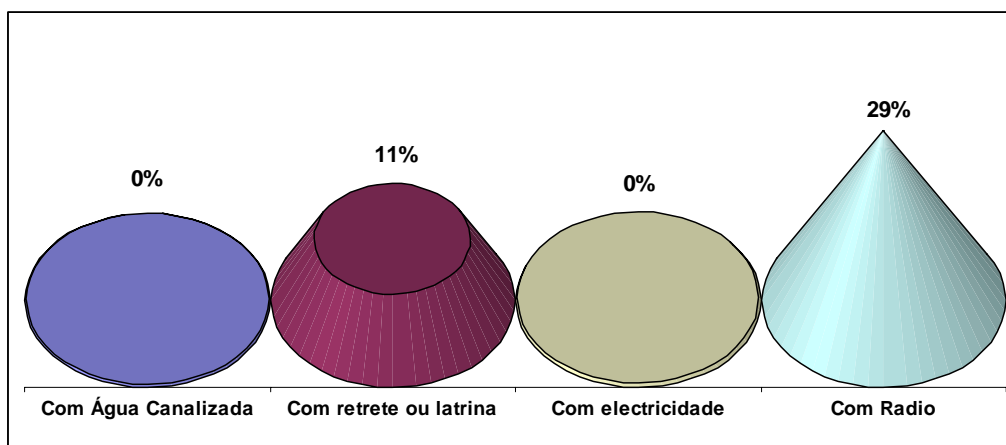
4 Habitação e Condições de Vida



O tipo de habitação modal do distrito é “*a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”. Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispondo de quatro bicicletas em cada dez famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e com água colhida directamente em poços ou furos ou no rio ou lago*”.

As casas de madeira e zinco e de bloco ou tijolo representam 8% do total das habitações do distrito, estando a sua maioria localizada nas Vila de Inhaminga.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

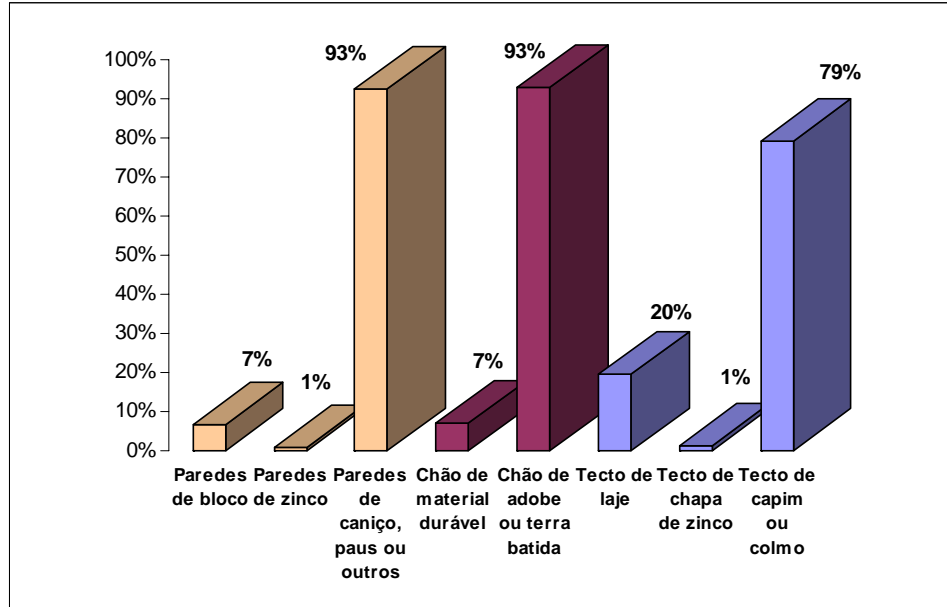
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	1%	1%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	11%	11%	46%	46%	19%	22%	8%	8%
Com electricidade	0%	0%	2%	1%	0%	0%	0%	0%
Com Radio	29%	34%	42%	47%	25%	32%	28%	33%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

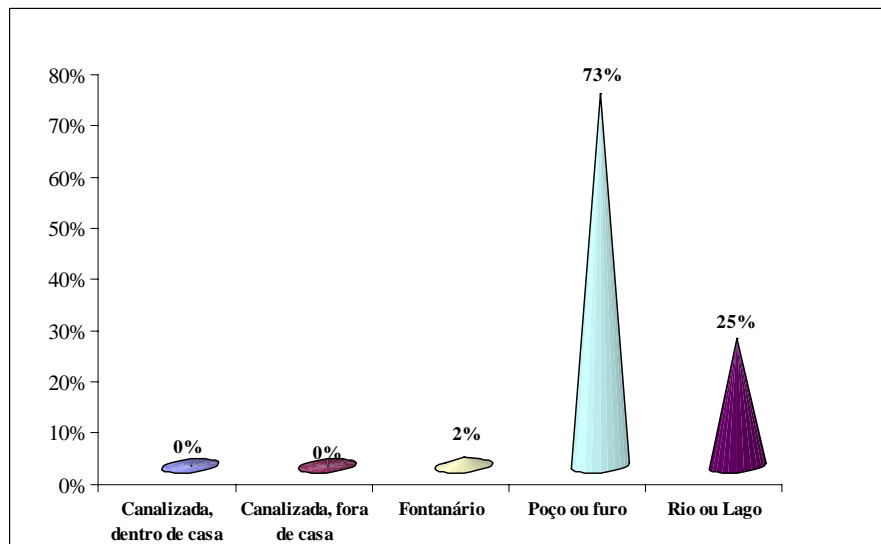
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (73%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (25%). Os pequenos sistemas de fontanários e de canalização, na sua maioria fora de casa, cobrem somente 2% das habitações, e estão localizados em Inhaminga.

FIGURA 3: Habitações, por tipo de acesso a água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem dois Postos Administrativos: Inhaminga e Inhamitanga que, por sua vez, estão subdivididos em 6 Localidades.

Posto Administrativo	Localidade
Inhaminga	Inhaminga-Sede
	Maciamboza
	Mazamba
	Josina Machel
Inhamitanga	Inhamitanga
	Nánguè

5.1 Governação Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Delegação do Registo Civil e Notariado; e
- Comando Distrital da PRM.

Para além destes órgãos, estão também adstritos ao Governo Distrital, os seguintes organismos:

- Representação da Direcção Provincial da Cultura, Juventude e Desporto;
- Representação da Direcção Provincial do Trabalho;
- Direcção do SISE.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito.

A Administração do Distrito comporta um total de 55 funcionários (dos quais, 4 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Médios	3
■ Assistentes Técnicos	10
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	23
■ Pessoal auxiliar	19

A maior parte dos funcionários da administração não possui formação técnico-profissional adequada, para além de possuírem idade muito avançada. Os trabalhos do sector são assegurados por funcionários contratados que ainda aguardam pela regularização dos seus processos pelo Tribunal Administrativo.

TABELA 7: Bens Móveis e Imóveis da Administração

Bens/Ano	2000	2001	2002	2003
Residências	25	25	25	26
Viaturas	2	2	3	5
Motorizadas	2	2	3	6
Rádios	2	2	2	2
Tractor	0	0	0	1
Mobiliário e Equipamento			Apetrechamento em Mobiliário de escritório, equipamento informático	Aquisição de 1 fotocopiadora e 3 aparelhos de ar-condicionado

Fonte: Administração do Distrito.

De salientar que 19 casas encontram-se em ruínas, 3 viaturas funcionam com constantes avarias, cada PA possui um rádio, 2 motorizadas encontram-se inoperacionais e 1 avariada. A aquisição do tractor foi possível mediante negociações com a GTZ-PRODER e Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

Neste sentido, foram levadas a cabo as seguintes acções:

- Elaboração do Plano Estratégico Distrital sobre a Reforma do Sector Público;
- Formação de formadores de funcionários para atendimento do público;
- Introdução de livros e caixas de sugestões e reclamações;
- Escalonamento de funcionários para o intervalo do almoço;
- Introdução de quadros para afixação de editais, minutas e outras informações pertinentes;

-
- Realização de reuniões do Governo Distrital alargadas aos Chefes e Presidentes das Localidades para o estudo das metodologias da implementação da Reforma do Sector Público;
 - Introdução do uso de crachás;
 - Realização de reuniões de divulgação do processo com a sociedade civil e população em geral; e
 - Divulgação das Leis dos Órgãos Locais do Estado, enquanto se aguarda pelo respectivo Regulamento para sua aplicação.

O SIFAP (Sistema de Formação em Administração Pública) começou a ser divulgado em 2003, não tendo, porém, beneficiado nenhum funcionário. Pelos seus anos de prática muitos funcionários possuem conhecimentos práticos, faltando-lhes, porém, o conhecimento teórico que lhes permitisse progredirem na sua carreira profissional e, deste modo, assumirem-se como profissionais da Administração Pública.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

O distrito não tem enfrentado conflitos significativos pela posse da terra e outros recursos naturais. A gestão da terra é feita com base na observância do DUAT, envolvendo as autoridades comunitárias e respectiva população, ou seja, o uso e aproveitamento da terra é decidido através de consulta comunitária.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime familiar de consociação de culturas com base em variedades locais. O sector privado não é actuante no distrito. As principais culturas do distrito são o milho, mapira, mexoeira, feijão, mandioca, batata-doce, arroz, hortícolas e culturas de rendimento, tais como, algodão, girassol e gergelim.

Prevenção e combate às calamidades naturais

O início do século foi marcado pelas cheias do Zambeze e chuvas acima do normal que destruíram as culturas. Nos anos seguintes, o cenário de estiagem e seca caracterizado por

chuvas irregulares e abaixo do normal criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas de mitigação. Tem sido tarefa do Governo do Distrito, coordenar as acções de prevenção, protecção e defesa da população na iminência ou ocorrência de calamidades naturais, em acções coordenadas com a sociedade civil.

O distrito é propenso a calamidades naturais (seca e cheias) tendo-se registado cheias na campanha agrícola 2001/2002 que afectaram mais de 5.000 pessoas com machambas ao longo das margens do Rio Zângua e afluentes. As populações foram encaminhadas para Centros de Reassentamento. Dos 3 centros previstos (Matondo, Santove e Nánguè) apenas o de Nánguè oferecia condições para efectuar o reassentamento das populações, já que nos outros dois não haviam ainda sido criadas as infra-estruturas básicas para esse efeito.

Na campanha agrícola 2002/2003 o distrito foi assolado pela seca que afectou severamente a região de Inhamitanga-Sede e Mociamboza, onde a população foi sensibilizada para a prática de culturas resistentes à seca, criação de animais, plantação de fruteiras e aproveitamento das zonas com elevado potencial hídrico, de modo a garantir a segurança alimentar e a prevenir-se dos efeitos nefastos das calamidades.

Extensão Rural

As actividades deste sector enquadram-se no combate à pobreza absoluta. Nesta área, têm sido realizadas as seguintes acções:

- Promoção de culturas tolerantes à seca, nomeadamente, mandioqueira e batata-doce de polpa alaranjada;
- Treinamento em novas tecnologias e metodologias a grupos de camponeses;
- Fomento de culturas de rendimento, fruticultura, actividades que gradualmente estão surtindo efeitos positivos na redução da pobreza absoluta;
- A afectação de mais 3 extensionistas no distrito veio minimizar a demanda desses quadros no distrito, e aumentar, em certa medida, o número de famílias a prestar ***assistência***.

Pecuária

Têm sido incrementadas as acções de fomento pecuário. Actualmente, os efectivos de caprinos estimam-se em 4.500 cabeças. Na campanha de vacinação contra a doença de “Newcastle” regista-se a falta de um técnico pecuário.

Florestas e Fauna Bravia

O distrito conta actualmente com 4 Concessões Florestais em plena actividade, nomeadamente: Transport Comercial & Trading (TCT); Indústria de Madeira de Moçambique (IMM); Companhia de Madeira de Moçambique (CMM); e Indústrias Marfer (IM), tendo sido restringidas as licenças a outras 2 por incumprimento das cláusulas contratuais.

Apicultura

Foram adquiridas colmeias melhoradas que beneficiaram grupos de apicultores nos povoados de Chite, Kódzue, Mazamba, Santove, Zângua e na Concessão da TCT.

5.3.2 Obras Públicas e Habitação

Edifícios

O Governo distrital na tentativa de mudar a face da Vila, caracterizada por escombros e edifícios aparentemente abandonados, emitiu editais instando os proprietários a reabilitarem os seus imóveis dentro de um determinado prazo. Uma vez que o prazo já terminou, aguarda-se que a Direcção das Obras Públicas e Habitação dê orientações para futuros procedimentos.

Os inquilinos das casas da APIE não pagam as suas rendas mensais por falta de instruções claras da D.P.O.P.H. Esta situação está a prejudicar o estado e a fazer com que os inquilinos acumulem cada vez mais dívidas.

Estradas

A maioria das estradas terciárias do distrito que ligam a Vila às Localidades beneficiaram de obras de limpeza e manutenção através de programas de “comida pelo trabalho” financiados pelo PMA. Porém, essas actividades não são duradoiras e com o passar dos anos voltam à mesma situação. Suspeita-se existirem ainda estradas minadas no distrito.

Foi realizado com sucesso o trabalho de sinalização dos limites e vias do distrito, iniciado em 2002 e ainda não concluído.

A EN 213 encontra-se num estado de transitabilidade aceitável. A EN 219, que liga Inhamitanga e Marromeu, encontra-se igualmente num estado de transitabilidade razoável.

A EN1 que atravessa tangencialmente o distrito em direcção a Caia foi inaugurada depois da reabilitação.

Apesar dos esforços realizados, o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas terciárias que na época das chuvas tem problemas de transitibilidade, sendo essencial a afectação de recursos públicos à sua reabilitação corrente.

5.3.3 Educação e Saúde

O investimento no sector tem sido insuficiente, existindo 27 escolas no distrito do Buzi em 2003 (26 do ensino primário nível 1 e uma do nível 2), que são frequentadas por cerca de 5.230 estudantes ensinados por 66 professores. A distribuição de livros empreendida pela Direcção Distrital de Educação cobriu todos os alunos do distrito.

No Centro de Formação de Professores Primários foram inscritos no início do ano 466 formandos, dos quais 114 são do 3º ano, em estágio em diferentes escolas das Províncias de Sofala e Manica. O Centro é frequentado maioritariamente por mulheres que representam 56,8% do global de formandos inscritos.

De salientar que a transferência deste Centro da cidade da Beira para a Vila de Inhaminga vem beneficiar os alunos que concluem a 7ª classe que, com esta oportunidade, já podem prosseguir os seus estudos.

Estão a ser construídos neste Centro 2 Blocos para dormitórios, 1 Bloco Administrativo, 1 Bloco para o refeitório e cozinha e duas residências.

O número de centros de alfabetização de adultos cresceu para 74, com cerca de 6 mil alfabetizando e 150 alfabetizadores.

O distrito está dotado de 1 Hospital Rural, 4 do nível II/III e 2 Postos de saúde, com um total de 69 camas e 31 técnicos e assistentes de saúde.

A falta de médico, ambulância, técnico de cirurgia, morgue e enfermeiras de Saúde Materno Infantil é uma situação preocupante para o sector, em particular, e para o distrito, em geral.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

TABELA 8: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	1.268
Idosos atendidos	290
Deficientes atendidos	73
Mulheres atendidas	97
TOTAL	1.727

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Algumas acções são realizadas pela ONG Dorcas Aid que possui um Centro Orfanato, 2 Escolinhas e uma casa para bebés, beneficiando cerca de 200 crianças, cujas idades vão dos 0 aos 18 anos. Esta organização presta ainda apoio a crianças órfãs em famílias substitutas, com material escolar, alimentação e vestuário.

Está em processo a identificação de 300 crianças desfavorecidas, com vista a serem apoiadas por esta ONG em material escolar e vestuário.

Em 2002, o INAS introduziu no distrito programas de geração de rendimentos com projectos de carpintaria, latoaria, cerâmica, cadeiras de bambú e de Benefício Social pelo Trabalho, este último abrangendo 60 pessoas, para além do programa de subsídio de alimentos que beneficia 260 idosos e deficientes.

No âmbito do programa de reinserção social, estão em curso no PA de Inhamitanga 3 projectos (machamba, moageira e comércio).

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.5 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região.

No concernente à juventude, as actividades têm-se circunscrito à prática de Futebol de 11, disputado por equipas sectoriais e comunitárias inscritas no campeonato distrital, e a jogos recreativos de voleibol e basquetebol. A nível das escolas e povoados estão a ser reactivados os grupos culturais.

5.3.6 Justiça, Ordem e Segurança pública

Para além dos trabalhos de registo, o oficial local tem também realizado julgamentos. Para as povoações têm sido escaladas com regularidade brigadas móveis de registo civil.

A polícia está empenhada na realização de contacto com as comunidades com o objectivo de explicar o trabalho da corporação, tendo como resultado crescido o número de denúncias e de pessoas que procuram os Serviços da Lei e Ordem.

O efectivo policial não satisfaz, contudo, as necessidades crescentes do distrito, tendo como alternativa sido escaladas regularmente unidades das Forças de Intervenção Rápida (FIR) para apoiar os trabalhos no PA de Inhamitanga.

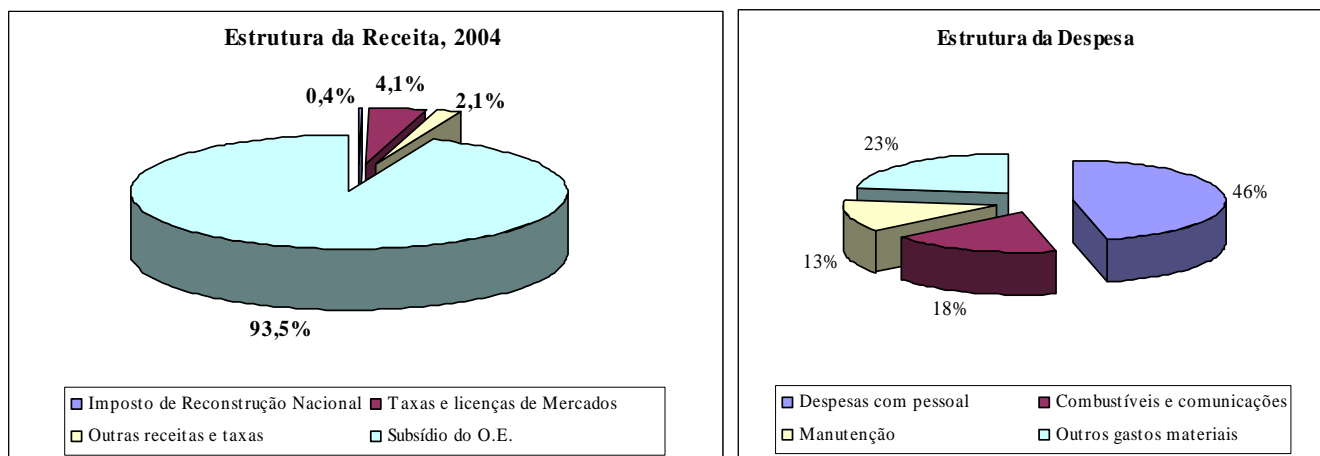
O índice de criminalidade é relativamente reduzido. Os crimes mais frequentes têm sido furtos simples, ofensas corporais e morais e o consumo de estupefacientes. Como causas do cometimento de crimes apontam-se o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, drogas, feitiçaria e problemas passionais.

As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

5.4 Finanças Públicas

A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 59 contos por habitante, isto é, cerca de 3 USD.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem quase metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, o esforço fiscal distrital é muito baixo. As principais fontes de receitas locais são as taxas dos mercados, licenças de obras, velocípedes sem motor e emolumentos diversos.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

O Plano Distrital de Desenvolvimento já se encontra na fase de aprovação pelo Conselho Consultivo Distrital para posterior envio ao Governo Provincial para ratificação.

5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos;
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado;
- Falta de um Tribunal Judicial, Procuradoria Distrital da República e Cadeia Civil, o que tem impedido o normal funcionamento dos Serviços de Administração da Justiça no distrito; e
- A maior parte dos funcionários da administração não possui formação técnico-profissional adequada, para além de possuírem idade muito avançada. Os trabalhos do sector são assegurados por funcionários contratados que ainda aguardam pela regularização dos seus processos pelo Tribunal Administrativo.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5.6 Participação comunitária

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

São de destacar as actividades dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e da experiência das bicicletas-ambulância que estão a ter um impacto positivo no seio das comunidades o que leva a uma maior adesão das comunidades aos cuidados de saúde. Esta iniciativa foi iniciada em 2003.

O Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas “comida pelo trabalho” financiados pelo PMA.

5.7 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais, sendo de destacar as seguintes.

Nome	Estatuto	Sector
FCF	internacional	agricultura, segurança alimentar
CICS	internacional	económico-social
<i>Terre des Hommes</i>	internacional	saúde, educação
GTZ	internacional	saúde
CUAMM	internacional	agricultura, saúde, reabilitação, económico-social
<i>Amai a Pa Banda</i>	nacional	agricultura, pecuária
RRR	nacional	construção, reabilitação e educação
INDER	nacional	reabilitação

Fonte: DDM, Link

6 Posse e Uso da Terra ⁵



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país.

Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

Dos 710 mil hectares da superfície do distrito, estima-se em 350 mil hectares o potencial de terra arável apta para a agricultura do distrito de Cheringoma, dos quais só 8 mil são explorados pelo sector familiar (1% do distrito).

Comparativamente aos outras regiões, este distrito possui uma densidade populacional baixa, o que atenua a pressão sobre os recursos disponíveis.

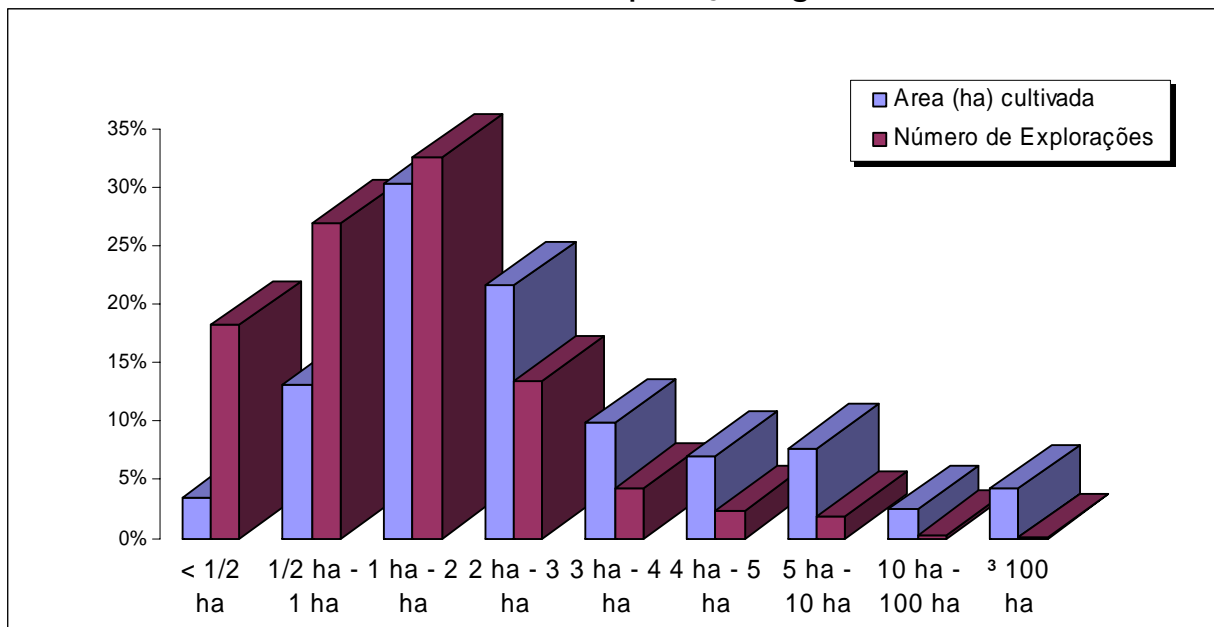
Cheringoma possui cerca de 4 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1.3 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 45% das explorações do distrito têm menos de 1 hectares, ocupando somente 17% da área cultivada.

Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 31% da área cultivada pertence a somente 8% das explorações do distrito.

⁵ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação e a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra – os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 80% dos casos, o homem da família.

FIGURA 5: Estrutura de base da exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, mais de 85% das 8 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. Abrangendo em muitos casos pequenas explorações, o seu peso específico em termos de área é, porém, de somente 40% da área distrital cultivada. Somente 12% das parcelas agrícolas pertencem às autoridades tradicionais e oficiais do distrito.

6.2 Trabalho agrícola

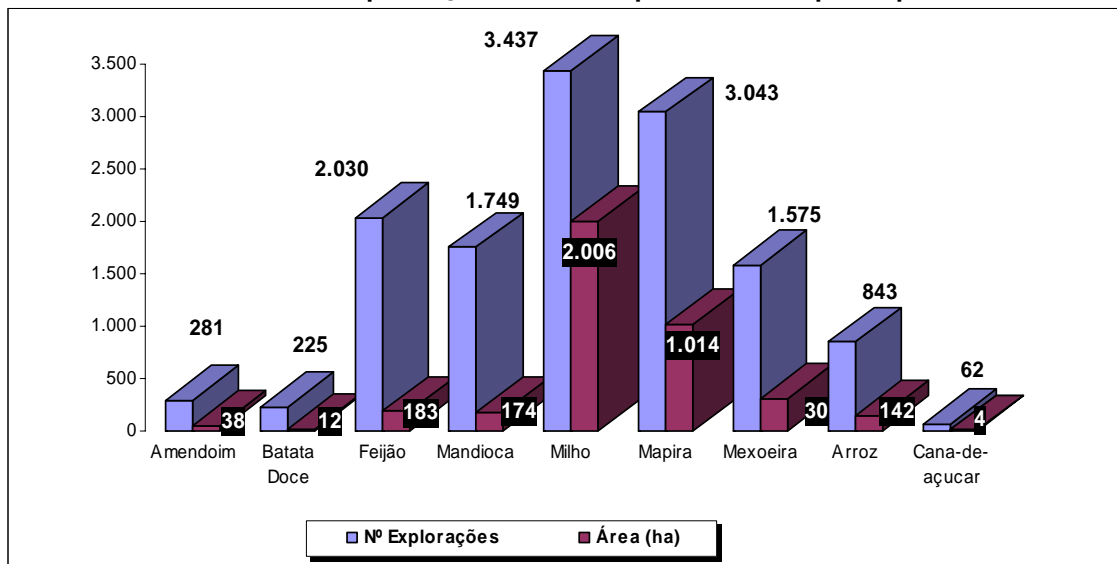
Dada a composição alargada da maioria dos agregados moçambicanos, a estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base da economia familiar, constatando-se que mais de metade das explorações são cultivadas por famílias com 6 ou mais membros do agregado familiar. As 4 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 8 mil parcelas, metade das quais com menos de meio hectare, e exploradas em 56% dos casos por mulheres. De reter que, 40% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

6.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim, batata-doce e arroz.

FIGURA 6: N.º de explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras.

6.3.2 Pecuária e Avicultura

No distrito existem cerca de 500 criadores de pecuária e mais de 3 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas, varia de 23% nos caprinos a 80% nos suínos, constituindo assim uma fonte de rendimento importante, para além do seu valor em termos de auto consumo familiar.

6.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente fonte importante de rendimento da população do distrito. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade pesqueira e artesanal, efectuado num conjunto de centenas de explorações económicas.

7 Educação



Com 80% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente ¼ dos habitantes⁶ já frequentaram ou frequentam a escola primária.

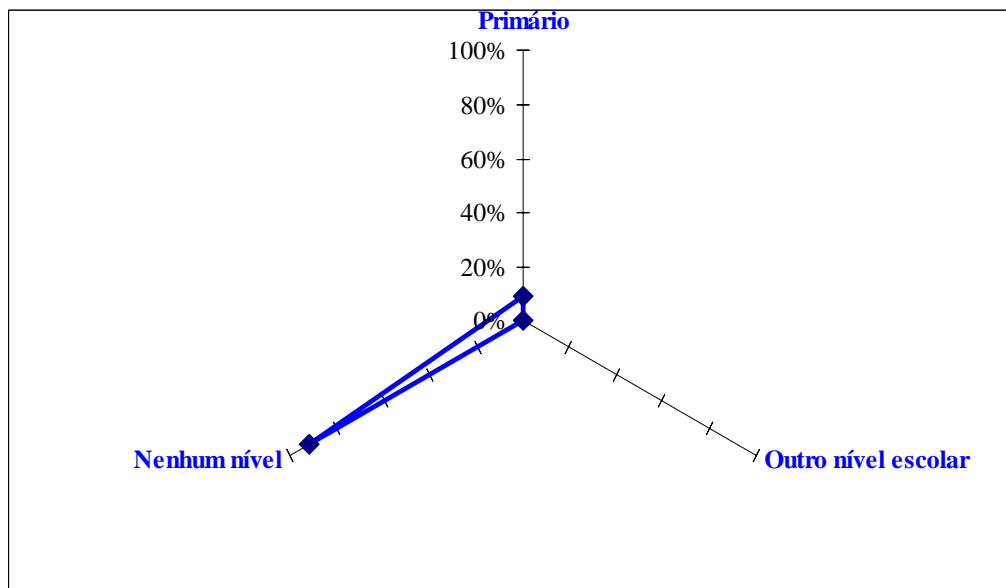
TABELA 9: População⁷, por condição de frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE CHERINGOMA	8.9%	6.3%	2.6%	17.5%	13.6%	3.9%	73.5%	28.9%	44.7%
P.A. de INHAMINGA	9.0%	6.3%	2.6%	18.1%	14.1%	4.1%	72.9%	28.4%	44.5%
P.A. de INHAMITANGA	8.9%	6.3%	2.6%	14.8%	11.8%	3.0%	76.3%	30.8%	45.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 30% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das crianças.

FIGURA 7: População⁸, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 10: População⁹, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE CHERINGOMA	8.9%	0.0%	8.8%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	91.1%
5 - 9 anos	9.9%	0.0%	9.9%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	90.1%
10 - 14 anos	29.7%	0.0%	29.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	70.3%
15 - 19 anos	18.4%	0.0%	18.2%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	81.6%
20 - 24 anos	3.9%	0.0%	3.5%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	96.1%
25 e + anos	1.0%	0.0%	0.8%	0.0%	0.0%	0.1%	0.0%	99.0%
HOMENS	13.0%	0.0%	12.8%	0.1%	0.0%	0.1%	0.0%	87.0%
MULHERES	5.1%	0.0%	5.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	94.9%
P.A. de INHAMINGA	9.0%	0.0%	8.8%	0.1%	0.0%	0.1%	0.0%	91.0%
P.A. de INHAMITANGA	8.9%	0.0%	8.9%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	91.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população com mais de 5 anos de idade, verifica-se que somente 11% concluíram algum nível de ensino. Destes, 91% completaram somente o ensino primário e 5% o secundário. Os restantes níveis representam somente 4% do efectivo escolarizado.

TABELA 11: População¹⁰, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE CHERINGOMA	10.8%	0.3%	9.8%	0.5%	0.1%	0.0%	0.0%	89.2%
5 - 9 anos	1.0%	0.0%	1.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	99.0%
10 - 14 anos	5.1%	0.0%	5.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	94.9%
15 - 19 anos	12.0%	0.2%	11.6%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	88.0%
20 - 24 anos	13.5%	0.3%	12.7%	0.4%	0.0%	0.0%	0.0%	86.5%
25 e + anos	14.5%	0.5%	12.6%	1.0%	0.3%	0.1%	0.0%	85.5%
HOMENS	18.0%	0.5%	16.2%	1.0%	0.2%	0.1%	0.0%	82.0%
MULHERES	4.0%	0.1%	3.8%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	96.0%
P.A. de INHAMINGA	11.4%	0.4%	10.2%	0.6%	0.1%	0.0%	0.0%	88.6%
P.A. de INHAMITANGA	8.5%	0.1%	8.1%	0.1%	0.0%	0.1%	0.0%	91.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Esta situação reflecte o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, apesar de terem vindo a crescer, serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica.

Estes factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em taxas de aproveitamento baixas e de desistências altas, em algumas localidades.

⁹ Com 5 ou mais anos de idade.

¹⁰ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 12: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	64	3.075	7.368	31	139
EP1	26	2.118	4.961	12	61
EP2	1	39	269	1	5
AEA	37	918	2.138	18	73

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores das escolas do distrito tem uma formação escolar baixa, em média a 6ª classe e um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 3.700 pessoas;
- Uma cama por 380 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 840 residentes no distrito.

TABELA 13: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	HM	H	M
Nº de Unidades	7	1	0	4	2			
Nº de Camas	69	53	0	16	0			
Pessoal Total	47	35	0	9	3	47	29	18
- Licenciados	0	0	0	0	0	0	0	0
- Nível Médio	3	3	0	0	0	3	3	0
- Nível Básico	16	13	0	3	0	16	10	6
- Nível Elementar	11	7	0	2	2	11	7	4
- Pessoal de apoio	16	12	0	4	0	16	11	5

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”.

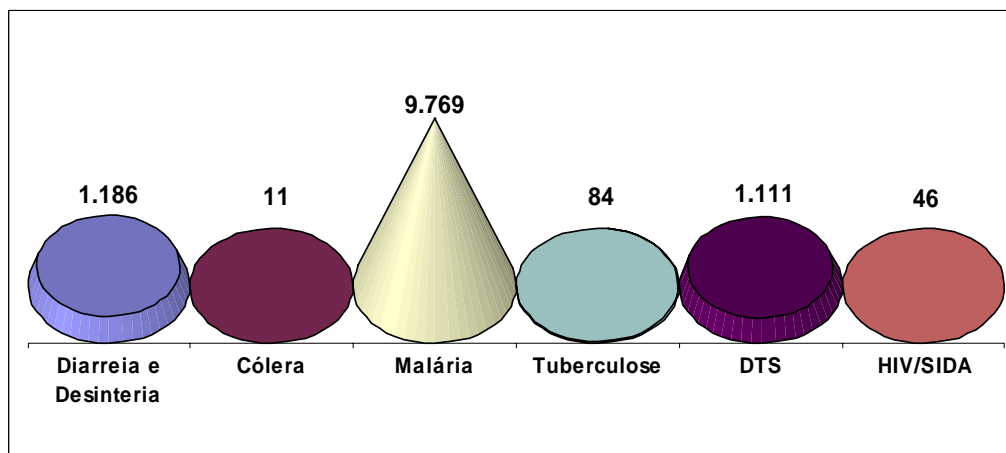
TABELA 14: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	38,8%
Partos	685
Vacinação	19.763
Saúde materno-infantil	35.763
Consultas externas	46.848
Taxa de mortalidade hospitalar	9,5%
Taxa de baixo peso à nascença	11,0%
Taxa de mau crescimento	7,0%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

FIGURA 8: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

Os recursos financeiros correntes para o sector são insuficientes, representando uma despesa anual média, em 2003, de 78 contos por habitante.

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

No distrito do Cheringoma existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de mil órfãos (dos quais 40% de pai e mãe) e cerca de 700 deficientes (56% com debilidade física, 7% com doenças mentais e 36% com ambos os tipos de doença).

TABELA 15: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE CHERINGOMA	1,010
Homens	482
Mulheres	528
5 - 9 anos	129
10 - 14 anos	283
15 - 19 anos	598
<i>Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.</i>	

TABELA 16: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE CHERINGOMA	689	389	50	250
0 - 14	75	42	16	17
15 - 44	471	226	22	223
45 e mais	143	121	12	10

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Cheringoma



Desde o ano 2000, foram reunificadas com as suas famílias cerca de 3 mil crianças perdidas e órfãs, foram identificadas beneficiando de apoios 600 idosos, e foram assistidas 4 pessoas portadoras de deficiência.

TABELA 17: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	2.635
Idosos atendidos	604
Deficientes atendidos	4
TOTAL	3.243

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

9 Género

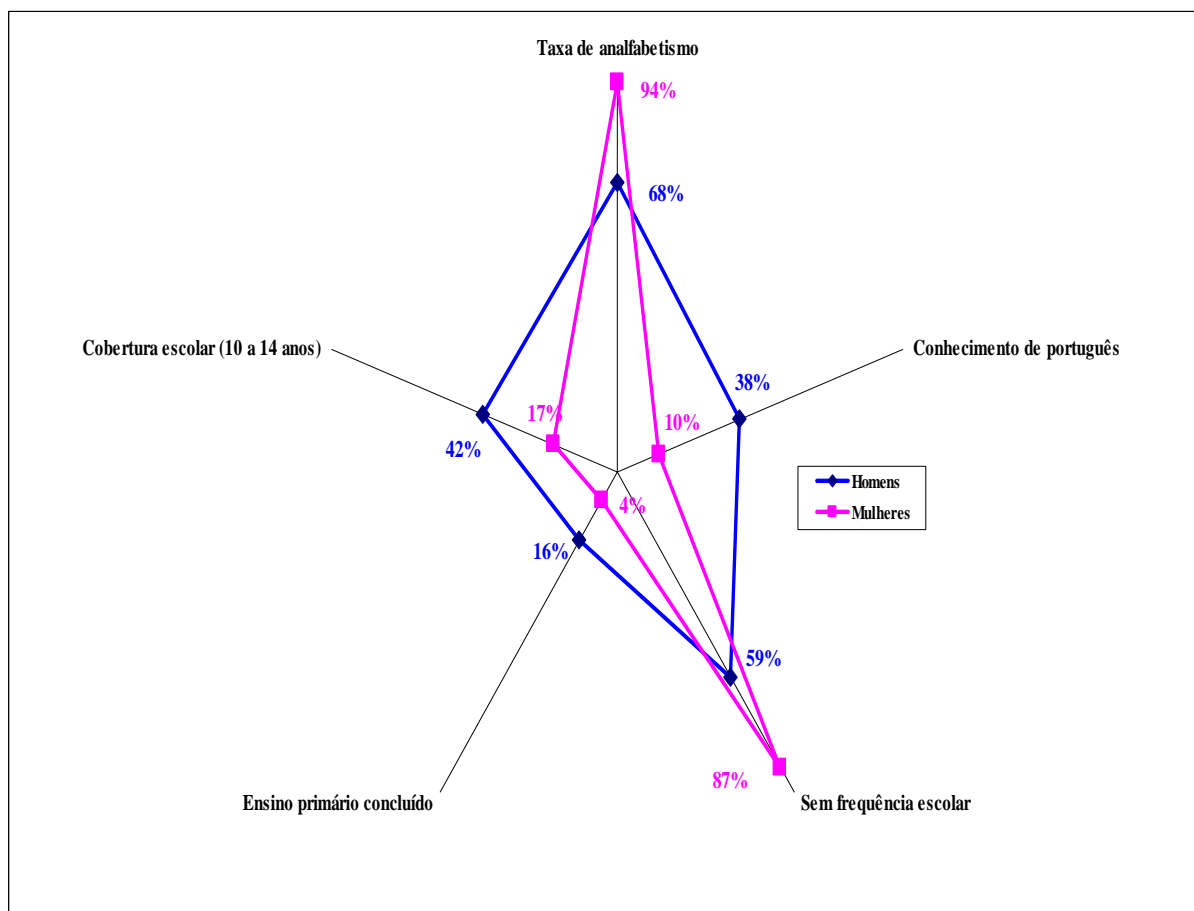
O distrito de Cheringoma tem uma população estimada de 26 mil habitantes - 13 mil do sexo feminino - sendo 8% das famílias do tipo monoparental chefiados por mulheres.

9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Cindau*, só 10% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 94%, sendo de 68% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 87% nunca frequentaram a escola e somente 4% concluíram o ensino primário. A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 17% das crianças do sexo feminino frequenta a escola, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das crianças rurais, sobretudo meninas.

FIGURA 9: Indicadores de escolaridade, por sexos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Cheringoma

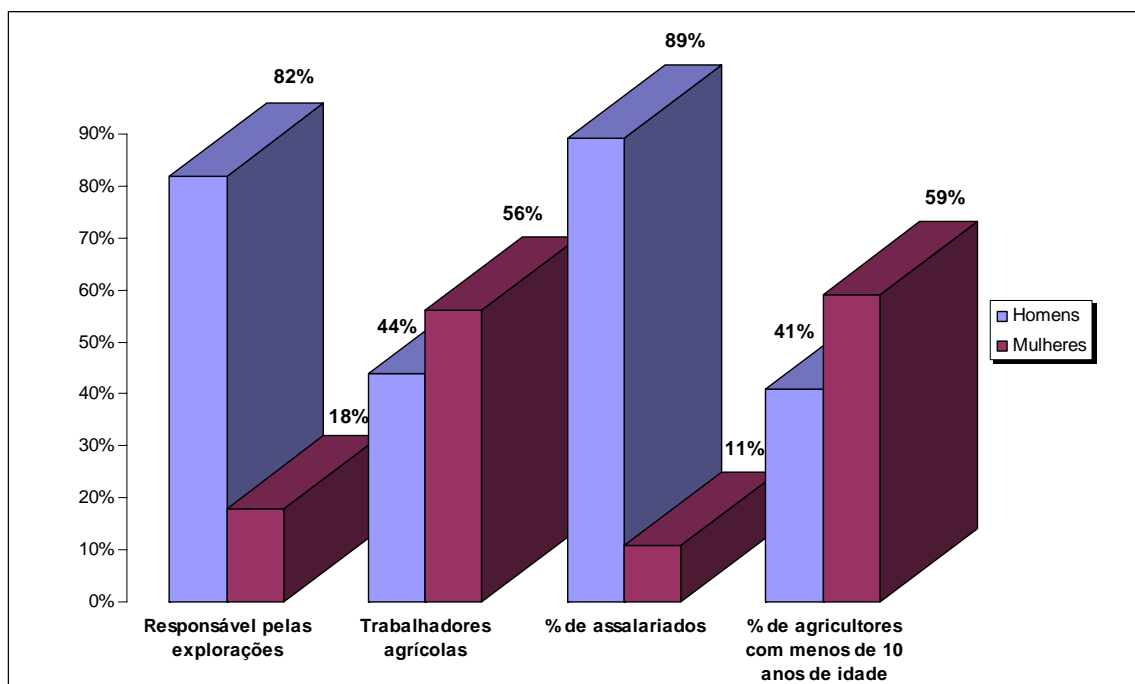


9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 13 mil mulheres, 8 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 5 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 40% (38% nos homens).

As 3.400 explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 8.300 parcelas, na maioria com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 41% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais 59% são raparigas.

FIGURA 10: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 97% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria; e
- 3% são trabalhadoras de serviços e vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal.

Nos sectores da educação e da saúde a situação de emprego da mulher é igualmente deficitária. Efectivamente, só 22% dos professores e 34% dos técnicos de saúde do distrito são profissionais femininas.

9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 55 funcionários existentes só 4 são senhoras, em geral em posições inferiores da carreira administrativa.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

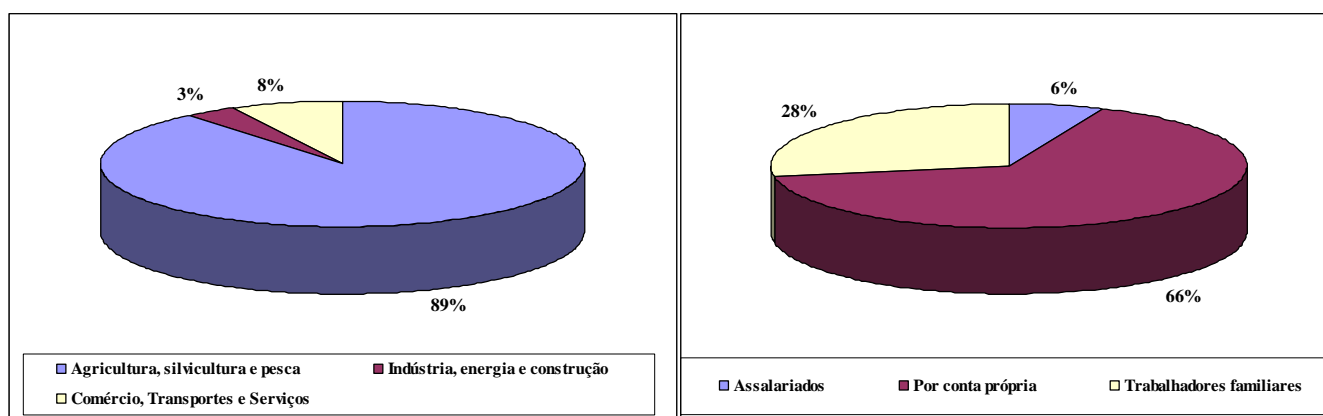
A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa.

De um total de 26 mil habitantes, 15 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 9 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 39%.

Destes, 94% são trabalhadores familiares ou por conta própria, e na sua maioria mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é somente de 6% da população activa e, de forma inversa, é dominada por homens (as mulheres assalariadas representam apenas 11% do total de assalariados).

A distribuição segundo a posição no processo de trabalho e o ramo de actividade reflecte, naturalmente, a actividade dominante agrária do distrito, que ocupa 89% da mão-de-obra activa do distrito. Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 3% e 8% da população activa, sendo dominados pelo comércio formal e informal, onde trabalham cerca de 6% das pessoas activas e 3% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 11: População activa¹¹, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

¹¹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 18: População activa¹², por ramo de actividade, 2005

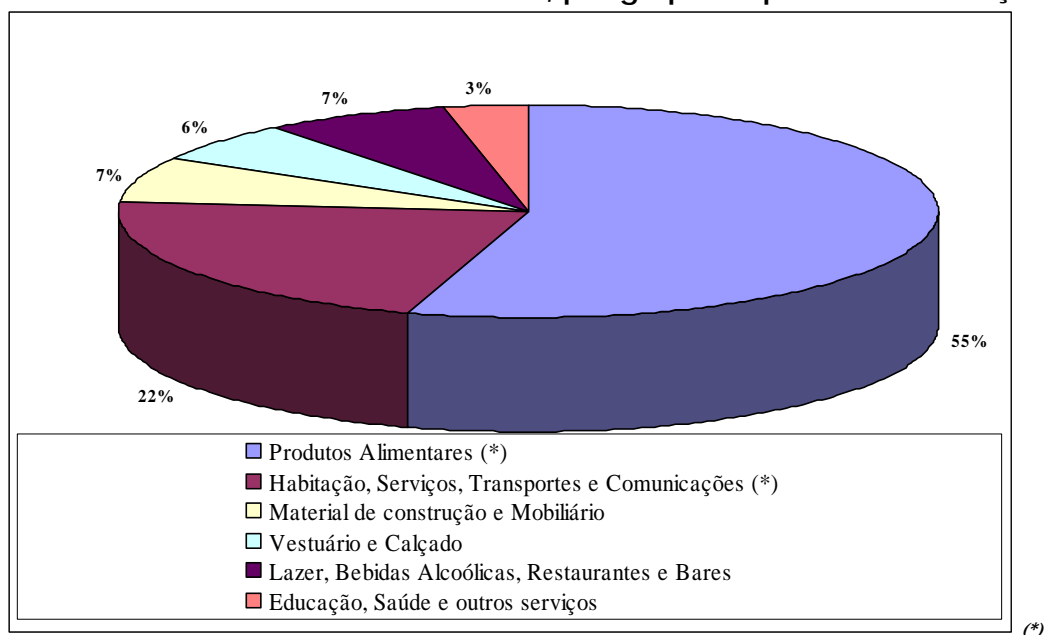
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector Coop.	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE CHERINGOMA	8,952	6.3%	2.9%	3.5%	0.1%	65.9%	27.6%	0.1%
- Homens	4,401	5.6%	2.5%	3.2%	0.1%	30.8%	12.5%	0.1%
- Mulheres	4,551	0.7%	0.4%	0.3%	0.0%	35.0%	15.1%	0.0%
Agricultura, silvicultura e pesca	7,982	1.5%	0.4%	1.0%	0.1%	61.0%	26.6%	0.1%
Indústria, energia e construção	289	1.2%	0.1%	1.1%	0.0%	1.7%	0.3%	0.0%
Comércio, Transportes e Serviços	681	3.6%	2.3%	1.3%	0.1%	3.1%	0.7%	0.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Orçamento familiar

O distrito de Cheringoma tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹³ estimado em cerca de 45% no ano de 2003¹⁴. Com um nível médio mensal de receitas familiares de 48% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (55%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (22%).

FIGURA 12: Consumo das famílias, por grupo de produtos e serviços



Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

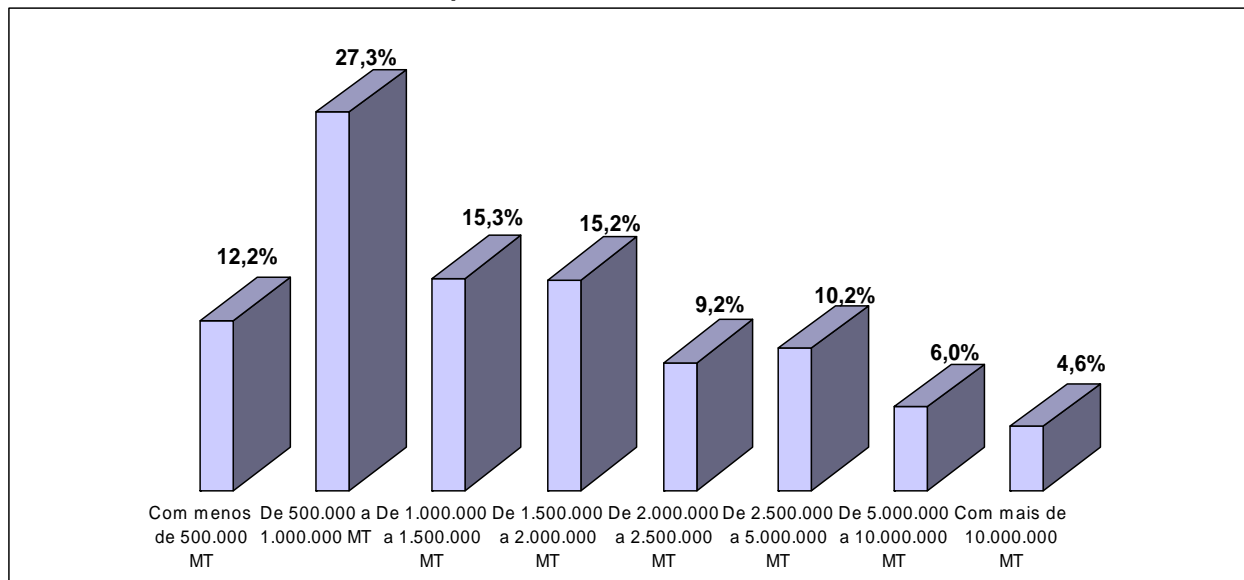
¹² Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

¹³ O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

¹⁴ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 55% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 13: Famílias, por intervalos de rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



O distrito é propenso a calamidades naturais (seca e cheias) tendo-se registado cheias na campanha agrícola 2001/2002 que afectaram mais de 5.000 pessoas com machambas ao longo das margens do Rio Zângua e afluentes.

As populações foram encaminhadas para Centros de Reassentamento. Dos 3 centros previstos (Matondo, Santove e Nánguè) apenas o de Nánguè oferecia condições para efectuar o reassentamento das populações, já que nos outros dois não haviam ainda sido criadas as infra-estruturas básicas para esse efeito.

Na campanha agrícola 2002/2003 o distrito foi assolado pela seca que afectou severamente a região de Inhamitanga-Sede e Mociamboza, onde a população foi sensibilizada para a prática de culturas resistentes à seca, criação de animais, plantação de fruteiras e aproveitamento das zonas com elevado potencial hídrico, de modo a garantir a segurança alimentar e a prevenir-se dos efeitos nefastos das calamidades.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis¹⁵ - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, consequentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios, a Save the Children e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas “*comida por trabalho*”.

10.4 Infra-estruturas de base



O distrito de Cheringoma é atravessado pela linha de ***caminho-de-ferro*** entre Beira e Caia (inoperacional) e pela ***Estrada Nacional*** que liga Beira a Caia, cuja reabilitação foi concluída em 2003. A EN 219, que liga Inhamitanga e Marromeu, bem como a EN 213, que liga Inhaminga à beira, encontram-se num estado de transitabilidade razoável.

¹⁵ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

A maioria das estradas terciárias do distrito que ligam a Vila às Localidades beneficiaram de obras de limpeza e manutenção através de programas de “comida pelo trabalho” financiados pelo PMA. Porém, essas actividades não são duradoiras e com o passar dos anos voltam à mesma situação. Suspeita-se existirem ainda estradas minadas no distrito.

Os **transportes** neste distrito funcionam com grandes dificuldades. O principal meio de transporte de/e para o distrito de Cheringoma eram os comboios que possibilitavam o intercâmbio económico e sócio-cultural entre o distrito e os outros pontos da Província.

Com a paralização da linha férrea devido à guerra, Cheringoma deixou de ter o papel importante que desempenhava como corredor, situação que é agravada pela intransitabilidade no período chuvoso da EN 213, principal via que liga Inhaminga à capital provincial.

O transporte de passageiros e mercadorias é actualmente assegurado por camiões ou carrinhas de caixa aberta (vulgos Chapa-100) que não oferecem condições de segurança para o transporte de passageiros.

Os camponeses vêem-se impedidos de comercializar os seus excedentes agrícolas por falta de transporte para as localidades.

A empresa **Telecomunicações** de Moçambique (TDM) montou um sistema telefónico via rádio no distrito, que no entanto não satisfaz as necessidades dos utentes.

A distribuição de **fontes de água** pelas várias localidades do distrito não é equilibrada e de uma forma geral o seu acesso é ainda baixo para a maioria da população. O nível de cobertura do abastecimento de água potável para 2004 está estimado em 53%.

No distrito de Cheringoma o acesso à água potável é uma necessidade ainda não coberta em todo o distrito, havendo comunidades que se deslocam entre 7 a 16 km para ter acesso à água. Muitos furos estão inoperacionais por não terem ainda sido colocadas as respectivas bombas. A Água Rural e a GEOMOC têm organizado estágios periódicos de manutenção de bombas de água dirigidos às autoridades distritais e aos membros das comunidades, mas não existem peças sobressalentes disponíveis no distrito.

Em 2002, terminaram com sucesso as obras de reabilitação do pequeno Sistema de Abastecimento de Água (PSAA) com capacidade de bombagem e abastecimento de água a um grande número da população da Vila de Inhaminga que vinha enfrentando sérios problemas de falta de água.

Cheringoma



Existem no distrito 35 furos de água com bombas manuais (29 operacionais) e 44 poços melhorados, dos quais 16 encontram-se secos.

De acordo com os dados do Censo de 1997, à excepção da Vila de Inhaminga, a cobertura de energia eléctrica deste distrito é praticamente nula.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

Este distrito possui algumas potencialidades agrícolas, pecuárias e de florestas, sendo a agricultura e pecuária as principais actividades económicas das famílias.

10.5.1 Zonas agro-ecológicas

Os solos da zona litoral são predominantemente arenosos e de cobertura arenosa, em geral profundos a muito profundos, excessivamente bem drenados, com baixa capacidade de retenção de nutrientes e água. Complementam estes agrupamentos de solos as deposições fluvio-marinhas e os aluviões recentes do rio Buzi e seus afluentes.

A zona interior é dominada por solos residuais de textura variável, profundos a muito profundos, localmente pouco profundos, castanhos-avermelhados, sendo ainda ligeiramente lixiviados, excessivamente drenados ou moderadamente bem drenados e, por vezes, localmente mal drenados. Ocorrem ainda, solos aluvionares e hidromórficos ao longo das linhas de drenagem natural associados aos dambos. A temperatura elevada agrava consideravelmente as condições de fraca precipitação nestas regiões provocando deficiências de água para o crescimento normal das plantas (culturas).

10.5.2 Infra-estruturas e equipamento

Este distrito é pouco apto para a prática de culturas de regadio, existindo apenas pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação por gravidade de superfície a cerca de 2.5 ha operacionais, pertença de três agricultores privados.

Foto 1: Regadio de Fernando Gundasse



Foto: Canteiros de cebola irrigados com a bomba pedestral (Fernando Gundasse a esquerda).

Fonte de dados: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, Levantamento dos Regadios na Zona Centro - Fase 3, Volume I, Relatório Final, Junho 2002

10.5.3 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

O sistema de produção predominante nos solos de textura pesada e mal drenados é a monocultura de arroz pluvial (na época chuvosa) seguida por batata doce em regime de camalhões ou matutos (época fresca).

Nos solos moderadamente bem drenados predominam as consociações de milho, mapira, mexoeira, mandica e feijões nhemba e boere. Este sistema de produção é ainda complementado por criações de espécies como gado bovino, caprino, e aves.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as

pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

Em resumo, a irregularidade da precipitação e a vulnerabilidade às calamidades naturais condiciona o potencial de produção agrícola às poucas áreas irrigadas existentes, sendo a região considerada marginalmente apta para o desenvolvimento de agricultura irrigada.

TABELA 19: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	1.143	860	340	272	790	632
Arroz	748	498	157	125	122	122
Mapira	2.335	1.477	407	285	763	534
Amendoim	48	28	24	19	78	62
Mandioca	2.010	3.297	1.640	1.401	1.608	3.216
Feijões	676	198	24	7	80	216
Batata Doce	1.002	3.320	805	1.178	289	867
Hortícolas	890	2.072	120	178	190	301
Girassol	226	136	233	224	167	162
Ananás		4		2		5
Total	9.078	11.890	3.750	3.691	4.087	6.117

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

10.5.4 Pecuária



O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum um crescimento do efectivo pecuário.

As doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento. Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.5 Pescas, Florestas e Fauna bravia

O distrito conta actualmente com 4 Concessões Florestais em plena actividade, nomeadamente: Transport Comercial & Trading (TCT); Indústria de

Cheringoma



Madeira de Moçambique (TMM); Companhia de Madeira de Moçambique (CMM); e Indústrias Marfer (IM), tendo sido restringidas as licenças a outras duas por incumprimentos contratuais.

O distrito de Cheringoma tem mangueiras, cajueiros, bananeiras e papaieiras, cujos frutos são consumidos localmente. O cajú é processado para a venda sob a forma de bebida alcoólica tradicional. Como limitantes à produção de árvores de fruta citam-se a falta de hábitos e a escassez de mudas. Algumas árvores constituem, também, uma importante fonte de lenha (messassa) e de material de construção.

O distrito de Cheringoma debate-se já com alguns problemas de desflorestamento e de erosão. Em certas localidades, nomeadamente a aldeia de Bonga e a vila de Inhaminga, têm a fonte de lenha mais próxima a cerca de 8 quilómetros.

A fauna bravia do distrito é importante na alimentação das famílias e tem, também, potencial turístico. A caça com fins alimentares incide principalmente sobre os cabritos-do-mato, porcos-do-mato e galinhas-do-mato. As espécies de fauna bravia existentes no distrito são os elefantes, leões, leopardos, cudos, e outros antílopes.

Além do produto da caça, também o pescado é regularmente incluído na dieta familiar. O peixe é oriundo do mar e rios da região, sendo normalmente consumido seco.

Foram adquiridas colmeias melhoradas que beneficiaram grupos de apicultores nos povoados de Chite, Kódzue, Mazamba, Santove, Zângua e na Concessão da TCT.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

O sector industrial do distrito continua a enfrentar dificuldades de todo o tipo desde a falta de infra-estruturas, fundos para pequenos investimentos, entre outros. A actividade industrial no distrito é apenas representada por alguns madeireiros que possuem serrações de transformação de madeira.

O Governo tem incentivado a criação de Associações de indústrias artesanais e de pequenos projectos de geração de rendimentos, incluindo para a gestão de machambas e moageiras, de modo a beneficiar as zonas recônditas.

Uma das dificuldades do sector é a insuficiência de moageiras em quase todo o distrito, existindo apenas 9 unidades em funcionamento, contra as 60 que são necessárias, de acordo com os levantamentos efectuados.

A actividade comercial no distrito de Cheringoma é bastante reduzida, sendo que a maior parte das trocas comerciais tem lugar nos mercados da sede, Inhaminga, ou das aldeias. A maior parte da actividade comercial é praticada informalmente, não havendo ligações importantes com outros mercados. O comércio está centralizado na Vila Sede com 4 cantinas rurais formais e concentração de bancas fixas e barracas de comércio informal.

As actividades formais de comércio funcionam deficientemente devido à falta de distribuidores e armazenistas no distrito. A maioria dos beneficiários do F.A.R.E. não investiram no distrito depois de receberem os seus financiamentos.

Devido às más condições das rodovias, os camponeses enfrentam sérias dificuldades para vender os seus excedentes agrícolas.

Não existe nenhuma instituição bancária a operar no distrito, nem nenhum sistema formal de crédito em condições acessíveis aos operadores locais. As possibilidades de acesso ao crédito derivam de prática no sector informal, nomeadamente dos comerciantes locais e dos familiares dos interessados.

Este distrito não tem infra-estruturas adequadas ao desenvolvimento do turismo, podendo porém vir a beneficiar da sua excelente localização na ***Área de Gestão dos Recursos Naturais da Gorongosa a Marromeu.***

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Cheringoma

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Bairro/Regulad o	
1	Domingos Chico Botão	Régulo	M	Inhaminga-sede	Sede	Inhaminga	30/07/2004
2	Chimuaza Jasse João	Régulo	M	Inhaminga	Maciamboza		
3	Luís Chuva Matondo	Régulo	M	Inhamitanga	Matondo		
4	Lompo L. Chibante	Régulo	M	Inhamitanga	Chirimadze		
5	José Gimo Cassaca	Régulo	M	Inhamitanga-sede	Nhabáua		
6	Manuel Pombo Joaquim	Régulo	M	Inhamitanga	Guma		
7	Pires Faife	Régulo	M	Inhamitanga	Sede		
8	João Chaurombo Branco	Régulo	M	Inhaminga	Mazamba		
9	Chica Caetano Torres	Rainha	M	Inhaminga	Mazamba		
10	João Tomo Semente	Sec. Bairro *	M		Sede		
11	Lacerda ^a Sossolo	Sec. Bairro *	M		Sena		
12	Benjamim Joaquim	Sec. Bairro *	M		Sena		
13	Dias Moastço Janota	Sec. Bairro*	M		Sena		
14	Jone Ngenge João	Sec. Bairro*	M		Sena		
15	João C. Clementino	Sec. Bairro*	M		Murraça		
16	Joaquim Andrade	Sec. Bairro*	M		Sede		
17	Ernesto L. Sebastião	Sec. Bairro*	M		Sede		
18	Joaquim I. Singano	Sec. Bairro *	M		Sede		
19	Nováz M. Njange	Sec. Bairro *	M		Murraça		
20	Gerónimo F. Missire	Sec. Bairro*	M		Murraça		
21	Inés I. Waete	Sec. Bairro *	M		Sede		

Cheringoma



Autoridade Tradicional

22	Lino Tomás	Sec. Bairro *	M		Sede		
23	Gimo João	Sec. Bairro *	M		Sede		
24	Chimica B. Juliasse	Sec. Bairro*	M		Sede		
25	Jorge A. José	Sec. Bairro *	M		Sede		
26	Manuel F. Cuambuca	Sec. Bairro *	M		Sede		
27	Vasco A R. Camba	Régulo*	M		Murraça		
28	Posse Chico Phaza	Régulo *	M		Sede		
29	Armando M. Nharugé	Régulo *	M		Murraça		
30	Baptista F. Sachombe	Régulo *	M		Murraça		
31	Helena A. M. Zimbawe	Rainha*	F				
32	Francisco Andrade	Régulo*	M		Sede		
33	Augusto J. Chibongoloua	Régulo*	M		Murraça		
34	Inácio Alberto Cardoso	Régulo*	M		Sena		
35	António J. Chipuazo	Régulo*	M		Sede		
36	António B. Sombe	Régulo*	M		Sede		
37	Fernando A. Marra	Régulo*	M		Sede		
38	Felisberto Pita Manuel	Régulo*	M		Sede		
39	Fermino N'topa	Régulo*	M		Sede		
40	José N. Marra	Régulo *	M		Marra		
41	Costa C. Cadeado	Sec. Bairro *	M				
42	José J. Comane	Sec. Bairro*	M		Murraça		
43	Domingos Jone Jofinar	Sec. Bairro*	M		Murraça		

* Informação por confirmar, pois não consta da última lista fornecida em aditamento à primeira.

Cheringoma



PÁGINA 51

Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Sofala, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Sofala, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Sofala, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Sofala, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação de Sofala, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde de Sofala, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Sofala, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Estatístico Sanitário da Província de Sofala, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005